



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TutPrv no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 180628 - SP (2021/0188171-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
REQUERENTE : PEB ADMINISTRACAO DE BENS LTDA E OUTRO
ADVOGADO : FERNANDA APARECIDA DE OLIVEIRA MORAES - SP306469
REQUERIDO : CINZEL ENGENHARIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : EDUARDO AUGUSTO PAURÁ PERES FILHO - PE021220
PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA BEZERRA - PE023140
VICTOR SOUZA SOARES - PE046230
LEILA DE MELO DINIZ - PE052915
SUSCITADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SUSCITADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória de urgência formulado por PEB ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA. para atribuir efeito suspensivo ao agravo interno interposto contra decisão que deferiu parcialmente a medida liminar neste conflito de competência.

A requerente alega que, em razão da decisão proferida no presente feito, a "requerida promove de maneira deliberada o levantamento irrestrito de valores diretamente para os caixas da Recuperanda, sendo certo que, INEXISTENTE Plano de Recuperação judicial homologado e, ainda, está sendo questionada a atuação dos administradores da Recuperanda, sendo sugerido pelo próprio Administrador Judicial a destituição dos mesmos, conforme noticiado pela própria Administradora" (fl. 738).

Requer, desse modo, "a concessão de tutela provisória de urgência recursal, para que se determine a suspensão dos levantamentos de valores, enquanto o Agravo Interno é processado e julgado" (*ibidem*).

É, no essencial, o relatório. Decido.

No presente caso, não está configurado o *fumus boni iuris* necessário para a concessão da medida liminar.

Isso porque a esta Corte cabe tão-somente a suspensão dos atos constitutivos efetivados contra a empresa em recuperação judicial, uma vez que autorizados por Juízo incompetente. A decisão sobre a essencialidade e sobre o destino dos valores e bens ali

apurados cabe ao Juízo universal.

Nesse sentido, vejamos-se os seguintes julgados:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO TRABALHISTA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO RECUPERACIONAL PARA A PRÁTICA DE ATOS EXECUTÓRIOS OU CONSTRITIVOS.

1. Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte, é competente o juízo universal para a prática de atos de execução que incidam sobre o patrimônio de sociedade em processo falimentar ou de recuperação judicial, incluindo-se a deliberação acerca da destinação dos valores atinentes aos depósitos recursais feitos em reclamações trabalhistas, ainda que efetivados anteriormente à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação.

2. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no CC n. 174.322/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJe de 14/6/2021.)

AGRAVO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL PARA TODOS OS ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL. PRECEDENTES.

1. Respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais. Precedentes.

2. Tratando-se de recuperação judicial, o destino dos bens da empresa seguirá o que estiver fixado no plano aprovado, cujo cumprimento é fiscalizado pelo juízo cível. A continuidade de atos de constrição em juízo diverso poderá implicar alienação judicial de bens indispensáveis ao regular desenvolvimento das atividades da recuperanda, inviabilizando o cumprimento do plano e violando o princípio de preservação da empresa, previsto no art. 47 da Lei 11.101/2005.

3. Agravo interno no conflito de competência não provido. (AgInt no CC n. 145.089/MT, relatora Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe de 10/2/2017.)

Ademais, verifica-se que, no dia 7/1/2021, o processamento da recuperação judicial foi deferido pelo Juízo da 27ª Vara Cível de Recife (PE).

Ante o exposto, sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do presente feito, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente